



Ata dos trabalhos da Reunião Extraordinária Remota (Virtual) da Câmara Municipal de Nova Lima. No dia quatorze de maio de dois mil e vinte, às dezessete horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara, virtualmente, conforme Portaria nº 50, de 17 de abril de 2020, que “Estabelece diretrizes para a realização de sessão plenária remota (virtual) e dá outras providências”. O Senhor Presidente solicitou a chamada dos vereadores presentes; constatando-se a existência de número legal, verificando-se a ausência virtual justificada do vereador Ederson Sebastião Pinto. O Senhor Secretário proferiu leitura da correspondência recebida: Do vereador Ederson Sebastião Pinto. Ao Senhor Presidente. Comunicação Interna nº 04/2020. Nova Lima, 13 maio de 2020. Informa que, por problemas pessoais, não participará da reunião extraordinária marcada para o dia 14/05/2020. O Senhor Presidente, sob a proteção de Deus e em nome do povo novalimense, declarou aberta a reunião. Continuando, solicitou a leitura da proposição que deu entrada na Casa: Projeto de Lei nº 1.931/2020, autoria do vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, que “Institui a distribuição de kit merenda escolar para alunos matriculados na rede estadual de ensino no Município de Nova Lima, em decorrência da situação de emergência pública reconhecida pelo Decreto Municipal nº 10.008/2020 e do Decreto nº 113/2020 do Estado de Minas Gerais, face à pandemia de coronavírus (Covid-19) decretada pela Organização Mundial da Saúde e dá outras providências”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. Vereador José Guedes: “Senhor Presidente, eu recebi na segunda-feira os



Projetos 1.915/2020, 1.919, 1.920, 1.923, 1.924, 1.926 e 1.928. O vereador Kim viajou, uma viagem de urgência, então não teve parecer da nossa comissão sobre esses projetos. Eu estou marcando para segunda-feira, eu, o vereador Tiago Tito e o vereador Kim, para nós reunirmos”. Senhor Presidente: “vereador José Guedes, o senhor poderia repetir novamente os projetos que estão sem parecer, por favor”. Vereador José Guedes: “1.915, 1.920, 1.919, 1.923, 1.924, 1.926 e 1.928”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “são todos os pareceres, Presidente”. Vereador José Guedes: “sete projetos. Estou convocando os membros da comissão, segunda-feira, oito horas na sala de café na Câmara”. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou a leitura: 1) Parecer da Comissão Especial referente ao Veto Integral do Poder Executivo ao Projeto de Lei nº 1.901/2019, autoria do vereador Tiago Almeida Tito, que “Dispõe sobre a implantação de serviços de Psicologia e de Serviço Social nas escolas públicas e particulares de Nova Lima”. A comissão emitiu parecer pela rejeição do veto. 2) Parecer Conjunto das Comissões de Legislação e Justiça e de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas referente ao Projeto de Lei nº 1.918/2020, autoria dos vereadores Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, Fausto Niquini Ferreira, Flávio de Almeida, Silvânio Aguiar Silva e Tiago Almeida Tito, que “Institui o auxílio emergencial financeiro para trabalhadores formais e autônomos do comércio e prestadores de serviços de Nova Lima / MG que especifica; determina a adoção de medidas pelos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, no âmbito das compras públicas municipais em decorrência da



situação de emergência pública reconhecida pelo Decreto Municipal nº 10.008/2020 e do Decreto nº 113/2020 do Estado de Minas Gerais, face à pandemia de Coronavírus (Covid-19) decretada pela Organização Mundial de Saúde e dá outras providências”. As comissões emitiram parecer favorável à tramitação do projeto. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, pela ordem. Só pedir ao senhor se pudesse consultar o Plenário, esse parecer foi conjunto, se a gente já consegue colocar esse projeto em duas votações no dia de hoje”. Senhor Presidente: “atendendo à solicitação do vereador Tiago Tito para que façamos primeira e segunda votação do Projeto 1.918 ainda hoje. Vereador Tiago Almeida Tito, como vota?”. Vereador Tiago Almeida Tito: “favorável”. Senhor Presidente: “vereador Álvaro Azevedo, como vota?”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “a favor”. Senhor Presidente: “vereador Coxinha, como vota?”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “a favor”. Senhor Presidente: “vereador Boi, como vota?”. Vereador José Carlos de Oliveira: “a favor”. Senhor Presidente: “vereador José Guedes, como vota?”. Vereador José Guedes: “a favor”. Senhor Presidente: “vereador Wesley de Jesus, como vota?”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “a favor”. Senhor Presidente: “vereador Silvânio Aguiar, como vota?”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “voto a favor, Senhor Presidente”. Senhor Presidente: “vereador Soldado Flávio, como vota?”. Vereador Flávio de Almeida: “a favor”. Senhor Presidente: “aprovado por oito votos, primeira e segunda votação do Projeto 1.918 ainda hoje”. 3) Parecer da Comissão Especial referente ao Veto Parcial do Poder



Executivo ao Projeto de Lei nº 1.904/2020, autoria vereador Tiago Almeida Tito, que “Dispõe sobre autorização legislativa ao Poder Executivo Municipal a executar ações necessárias a efetivar as medidas objetos do Decreto Municipal nº 9.805 de 25 de janeiro de 2020, que declara situação de emergência no Município de Nova Lima, reconhecendo-a em razão de situação anormal, caracterizada pelo volume imprevisível de chuvas ocorridas no período de 23/01/2020 e 25/01/2020 e seus efeitos no território do Município, e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer pela rejeição do veto. Na sequência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação: 1) Veto Parcial do Poder Executivo ao Projeto de Lei nº 1.876/2019, autoria do Poder Executivo, que “Revoga a Lei Municipal nº 2.189, de 30/12/2010, Institui o Regulamento Disciplinar dos Servidores do Quadro Efetivo dos Profissionais da Guarda Civil Municipal de Nova Lima, além de dar outras providências”. Senhor Presidente: “em primeira e única votação. Em discussão, em votação. Vereador Alessandro Coxinha, como vota?”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “contra o veto”. Senhor Presidente: “vereador José Guedes, como vota?”. Vereador José Geraldo Guedes: “contra”. Senhor Presidente: “vereador Boi, como vota?”. Vereador José Carlos de Oliveira: “contra o veto”. Senhor Presidente: “vereador Wesley de Jesus, como vota?”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “contra o veto”. Senhor Presidente: “vereador soldado Flávio, como vota?”. Vereador Flávio de Almeida: “a favor da Guarda e contra o veto”. Senhor Presidente: “vereador Silvânio Aguiar, como vota?”. Vereador Silvânio Aguiar



Silva: “voto contra o veto, Senhor Presidente”. Senhor Presidente: “vereador Tiago Tito, como vota?”. Vereador Tiago Almeida Tito: “contra o veto”. Senhor Presidente: “vereador Presidente, Fausto Niquini, como vota? Contra o veto. Vereador Álvaro Azevedo, como vota?”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “obviamente contra também, Presidente”. Senhor Presidente: “por nove votos contra o veto, o veto foi derrubado. Encaminho o Projeto de Lei nº 1.876 à promulgação.

2) Projeto de Lei nº 1.899/2019, autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre a política municipal dos direitos da criança e do adolescente; regulamenta o regime jurídico da função público de conselheiro tutelar no âmbito do Município de Nova Lima e dá outras providências”. Senhor Presidente: “esse projeto apresenta cinco emendas”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, pela ordem. Os vereadores: o senhor, eu, Silvânio Aguiar e o vereador Flávio”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “e eu também, uai”. Vereador Tiago Almeida Tito: “exatamente. Desculpa, vereador”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “minha emenda”. Vereador Tiago Almeida Tito: “isso, o vereador Coxinha também. E convido os demais, porque eu sei que tem cinco emendas, mas a gente tem uma emenda verbal de nossa autoria. Ela é muito parecida com a emenda do Wesley, só que ela não altera a questão da política do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, só altera basicamente a questão da carga horária que já é o que é realizado pelos conselheiros tutelares, na realidade, hoje. Então, é só regulamentando isso e escrevendo da forma correta dentro do projeto. Essa emenda



foi criada em conjunto com os conselheiros tutelares Reislá, Fábila, Marília, o Same de Paula, o Adinan e os conselheiros tutelares do Jardim Canadá. Então, eu aproveito para convidar os demais vereadores, aqueles que se sentirem à vontade, de também junto com a gente serem coautores dessa emenda. Ela será uma emenda verbal, Senhor Presidente. Se o senhor quiser que eu já a fale ou no final, o senhor decide. É só para saber que tem mais uma”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, Presidente. Eu gostaria de saber do senhor qual é o quórum para a votação dessas emendas, se é maioria simples dos presentes. Seis votos?”. Senhor Presidente: “seis votos para ser aprovado”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “eu gostaria da compreensão de Vossa Excelência, que pedisse aos vereadores que pediram a emenda, que formalizassem essa emenda, encaminhassem para a gente, e que o senhor colocasse esse projeto em pauta na próxima sessão, porque é complicado votar uma emenda verbal em rede. Eu espero a compreensão dos nossos amigos, os conselheiros tutelares, porque é muito complicado votar uma emenda verbal, sem a presença ali em plenário. Então, que os vereadores formalizem, encaminhem para a gente e o senhor vote esse projeto na próxima sessão”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, pela ordem. Não é por ser uma reunião virtual, é proibido fazer emendas verbais, não é? A emenda que eu estou falando aqui, eu posso até lê-la, é idêntica à que está na emenda do vereador Wesley de Jesus, ele vai ler inclusive junto comigo a emenda dele, só que a gente não altera a parte da política do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Então, é a



mesma coisa. Eu peço vênica para discordar do vereador Wesley, pedir o senhor a gentileza porque esse projeto já está rodando há um bom tempo, com risco inclusive de ser retirado, porque a gente sabe que se for para semana que vem, podem querer retirá-lo e vão prejudicar tanto o CMDCA, quanto os conselheiros tutelares. Eu leio aqui, se precisar, mando a emenda no WhatsApp do vereador para ele ler, sem problema nenhum. A emenda é extremamente simples...”. Senhor Presidente: “vereador Wesley de Jesus, após a palavra do vereador Tiago Tito, o senhor mantém o pedido do senhor, retirada do projeto?”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “Presidente, eu gostaria que o vereador me encaminhasse pelo WhatsApp, que eu dou uma lida, e o senhor deixasse por último esse projeto. Vereador Tiago Almeida Tito: “agora, eu mando agora. Estou mandando nesse exato momento. Só confirma para mim, por favor”. 3) Senhor Presidente: “por deliberação plenária, coloco em votação o Projeto de Lei nº 1.918/2020, autoria dos vereadores Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, Fausto Niquini Ferreira, Flávio de Almeida, Silvânio Aguiar Silva e Tiago Almeida Tito, que “Institui o auxílio emergencial financeiro para trabalhadores formais e autônomos do comércio e prestadores de serviços de Nova Lima / MG que especifica; determina a adoção de medidas pelos Poderes Executivo Legislativo Municipal, no âmbito das compras públicas municipais em decorrência da situação de emergência pública reconhecida pelo Decreto Municipal nº 10.008/2020 e do Decreto nº 113/2020 do Estado de Minas Gerais, face à pandemia de Coronavírus (Covid-19) decretada pela



Organização Mundial de Saúde e dá outras providências”. Em discussão, em primeira votação”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “Presidente, eu tenho uma emenda para fazer, acabou que eu não fiz o protocolo dela. Eu não gostaria de fazer verbal porque a matéria é muito ampla, discutida, da mesma forma que eu acabei de pedir ao Tiago Tito para encaminhar. Eu gostaria de pedir vista nesse processo para a próxima pauta. Inclusive tem uma emenda de cinco vereadores que nós vamos fazer, inclusive do vereador Kim que não está presente”. Senhor Presidente: “cedida vista para o vereador Wesley de Jesus do Projeto nº 1.918/2020”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Senhor Presidente, eu pedi Vossa Senhoria para consultar o Plenário na outra reunião para eu participar desse projeto e o senhor não citou o meu nome”. Vereador Tiago Almeida Tito: “é verdade”. Senhor Presidente: “o Projeto 1.918?”. Vereador Alessandro Luís Bonifácio: “eu pedi, os vereadores autorizaram”. Senhor Presidente: “fazendo uma retificação, além dos cinco vereadores Álvaro Azevedo, Fausto Niquini, Soldado Flávio, Silvânio Aguiar e Tiago Tito, inclui também o vereador Coxinha. Desculpa, vereador Coxinha”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, pela ordem. Só saber se o Wesley recebeu a emenda no WhatsApp dele”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “recebi, vereador”. 4) Projeto de Lei nº 1.910/2020, autoria do Poder Executivo, que “Institui o Programa Especial de Regularização Tributária – PERT e Remissão Fiscal, no âmbito do Município de Nova Lima, e dá outras providências”. Senhor Presidente: “em discussão, em primeira votação”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “tem





emenda”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, eu fiz uma emenda em conjunto com alguns vereadores nesse projeto. Tem que ser lida a emenda, o 1.910”. Senhor Presidente: “vereador Álvaro Azevedo”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “a emenda não consta aqui no projeto, Presidente”. Senhor Presidente: “quem que entrou com essa emenda?”. Vereador Tiago Almeida Tito: “a emenda é minha, do senhor, do Flávio, do Álvaro, do Silvânio e do Coxinha também, que ele pediu para assinar a emenda”. Senhor Presidente: “a emenda não se encontra aí, vereador Álvaro Azevedo?”. Vereador Tiago Almeida Tito: “eu protocolei na presidência”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “não, na pasta não”. Senhor Presidente: “o Projeto 1.910 vai ser retirado da pauta, vai para pauta semana que vem”. 5) Projeto de Lei nº 1.913/2020, autoria do Poder Executivo, que “Altera dispositivo da Lei Municipal nº 2.704 de 26 de agosto de 2019 e dá outras providências”. Senhor Presidente: “esse projeto é um que altera a LDO”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente, se não for demais, eu gostaria que o vereador Alessandro, que é o líder do governo, explicasse para a gente qual é o grande objetivo do prefeito em apresentar esse projeto”. Senhor Presidente: “vereador Coxinha”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Senhor Presidente, eu passei por uns momentos de saúde aí, não estou em condições, nem estive com o prefeito, estou sem condições nenhuma, nesse momento, de explicar ao vereador Álvaro. Isso eu posso na próxima reunião. Mas eu nem ia participar dessa reunião. Tive um falecimento na



família e estou com outros problemas. Senhor Presidente, só participei dessa reunião de hoje por causa do veto da Guarda Municipal e dos conselheiros tutelares, que eles me pediram, que é muito importante. Mas não estou com condições, acabei de chegar agora de BH, do velório”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente. O projeto, na verdade, é de onze de março. Então, na verdade, já há dois meses ele está em pauta na Câmara, mas vamos lá. Se o vereador Coxinha me permitir, eu vou tentar trazer as razões do prefeito em apresentar esse projeto. Hoje o prefeito tem, aprovado em lei, autorização para movimentar livremente o orçamento em até 15% do valor total. Se a gente parar para pensar, 15% do valor total do orçamento, da arrecadação ano passado que foi de setecentos e cinquenta e quatro milhões, a gente está concordando que o prefeito movimente cento e doze milhões, sem que a Câmara se manifeste, sem autorização legislativa. Nesse projeto ele está pretendendo de 15 passar para 30% essa livre movimentação. Portanto, arredondando, em duzentos e vinte e cinco milhões de reais livremente. Então, Presidente, é um projeto... Naturalmente cada um vai proferir seu voto, mas é só para explicar para a população que nos assiste qual é o teor desse projeto, para que a gente libere o prefeito para fazer uma movimentação de duzentos e vinte e cinco milhões, alterando aquilo que foi proposto e votado pela Câmara, que foi o orçamento do ano de 2020”. Senhor Presidente: “vereador Coxinha, meus sentimentos pela perda do ente da sua família”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “tudo bem, obrigado”. Senhor Presidente: “em discussão, em primeira votação. Vereador



Alessandro Coxinha”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem. Presidente. Eu vou pedir vista do projeto. Diante das alegações do vereador Álvaro que, em meu entendimento, deve ter algum motivo, e eu não sei qual o motivo, mas eu prefiro aguardar, e acho que questão de pandemia, nós deveríamos facilitar a vida do Executivo ao invés de atrapalhá-lo, até porque tem projeto de lei aqui que nós estamos apresentando, que estão mudando radicalmente inclusive o orçamento, de autoria inclusive do vereador que assim o citou. Mas eu vou pedir vista, por excesso de zelo, para verificar as informações com mais procedência. Eu vou pedir vista do número 4 da pauta, do número 5 da pauta e do número 6 da pauta”. Senhor Presidente: “atendendo à solicitação do vereador Wesley de Jesus, serão retirados de pauta os Projetos de Lei nº 1.913/2020, 1.914/2020, que altera a LOA, Projeto de Lei nº 1.916/2020, que altera o PPA”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu ia ficar calado, mas é difícil ficar calado diante de certos posicionamentos de vereadores. Esse projeto é exatamente o projeto que o vereador Alessandro Luiz Bonifácio me acusou, há duas semanas, portanto, há duas reuniões atrás, ele me acusou que eu estava atrapalhando a administração de fazer o município caminhar em um momento tão difícil, é o mesmo projeto que ele falou aí que... Eu até respeito e quero, vereador Alessandro, também colocar meus sentimentos pela perda do seu familiar, perdão, eu não sabia. De qualquer forma, é o mesmo projeto que o vereador disse que eu estava atrapalhando a administração de ajudar a população, é o mesmo que ele fala hoje que ele não sabe qual



é. Talvez até pela falta de um vereador da base, eles estão pedindo vista do projeto. Mas eu não podia deixar de me manifestar aqui para que a população veja exatamente, essas reuniões estão sendo transmitidas ao vivo, para que a população perceba exatamente como as coisas funcionam dentro da Câmara. Há duas semanas, eu estava atrapalhando a administração de ajudar a população, hoje o mesmo vereador que me acusa, diz que não sabe de que se trata o projeto e o outro vereador pede vista do projeto. Bacana. Grande abraço”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, Presidente. Primeiramente eu quero ressaltar que é muito fácil desconstruir a ideia que o Silvânio passou. Vereador, o senhor tem muitos anos de Câmara, mas eu vou só ressaltar para o senhor uma coisa, para esse projeto passar, ele precisa de seis votos, mesmo se todos os vereadores que o senhor está citando que são da base votarem, vai faltar um voto, vereador. Só que eu vi que os argumentos utilizados pelo vereador Álvaro podem ser analisados, eu tenho responsabilidade de analisar a informação que ele acabou de trazer em números. Então, não é porque faltou um vereador da base, porque precisa de seis votos. Então, com mais um vereador da base ou sem mais um vereador da base do governo, o projeto vai ser votado ou não, de acordo com opinião. Então, não é pela ausência do Kim, porque ele, presente ou não, não vai fazer diferença. Vai fazer diferença, viu? Só ressaltar que o vereador Kim sempre faz falta e mando um abraço para o vereador Kim. Eu estou falando que nessa votação específica precisaria de mais um voto”. Senhor Presidente: “precisaria não, vereador Wesley, bastariam cinco votos”.



Vereador Wesley de Jesus Silva: “cinco votos? Então, já é até bom saber desse quórum”. Vereador Flávio de Almeida: “é seis”. 6) Projeto de Lei nº 1.929/2020, autoria do vereador Alessandro Luiz Bonifácio, que “Dispõe sobre a concessão pelo Poder Executivo a distribuição de álcool gel e máscaras para pessoas do grupo de risco em caso de doença infectocontagiosa, e de cestas básicas para pessoas diretamente afetadas em casos de decretação de estado de calamidade pública ou estado de emergência na cidade”. Senhor Presidente: “em discussão, em primeira votação. Vereador Coxinha, como vota? Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “a favor, Presidente”. Senhor Presidente: “vereador José Guedes, como vota?”. Vereador José Geraldo Guedes: “a favor”. Senhor Presidente: “vereador Boi, como vota?”. Vereador José Carlos de Oliveira: “a favor”. Senhor Presidente: “vereador Wesley de Jesus, como vota?”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “favorável”. Senhor Presidente: “vereador soldado Flávio de Almeida, como vota?”. Vereador Flávio de Almeida: “favorável”. Senhor Presidente: “vereador Silvânio Aguiar, como vota?”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “sou a favor, Senhor Presidente”. Senhor Presidente: “vereador Tiago Tito, como vota?”. Vereador Tiago Almeida Tito: “favorável, e sugiro que o autor, Alessandro Coxinha, peça para já votar em segunda votação hoje também”. Senhor Presidente: “vereador Álvaro Azevedo, como vota?”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “a favor, Presidente”. Senhor Presidente: “por oito votos favoráveis, o projeto foi aprovado em primeira votação”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “o senhor



coloca em segunda votação, Presidente, por favor?”. Senhor Presidente: “atendendo à solicitação do vereador Coxinha para que façamos a segunda votação. Vereador Coxinha, como vota?”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “a favor”. Senhor Presidente: “vereador José Guedes, como vota?”. Vereador José Geraldo Guedes: “a favor”. Senhor Presidente: “vereador Boi, como vota?”. Vereador José Carlos de Oliveira: “a favor”. Senhor Presidente: “vereador Wesley de Jesus, como vota?”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “favorável”. Senhor Presidente: “vereador Soldado Flávio de Almeida, como vota?”. Vereador Flávio de Almeida: “favorável, Presidente”. Senhor Presidente: “vereador Silvânio Aguiar?”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “sou a favor, Senhor Presidente”. Senhor Presidente: “vereador Tiago Tito, como vota?”. Vereador Tiago Almeida Tito: “favorável”. Senhor Presidente: “vereador Álvaro Azevedo, como vota?”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “a favor”. Senhor Presidente: “por oito votos, o projeto foi aprovado. Projeto 1.929/2020 encaminhado à sanção”. 7) Projeto de Lei nº 1.930/2020, autoria dos vereadores Alessandro Luiz Bonifácio, Ederson Sebastião Pinto, José Carlos de Oliveira, José Guedes e Wesley de Jesus Silva, que “Autoriza o Poder Executivo a conceder vouchers aos trabalhadores de cooperativas que prestam serviço à Prefeitura de Nova Lima”. Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Wesley de Jesus”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “Presidente, eu fiz uma emenda neste projeto de lei e apresentei agora, quatro horas da tarde. A emenda é muito simples, eu gostaria de contar com a



compreensão suas, poderia até sair em nome da Casa, que é estender esses vouchers aos contratados terceirizados vinculados à Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, e Cultura. Nós temos um grupo de pessoas hoje que prestam serviço via Ceacom, teatro, futsal, vôlei e outras oficinas que são feitas pela prefeitura, e que a prefeitura não consegue realizar o pagamento para essas pessoas dos valores, tendo em vista que é contratada uma empresa e serviço terceirizado. Então, eu fiz essa emenda, é de um único artigo 1 – A, com o seguinte teor... Eu gostaria que Vossa Excelência pudesse colocá-la como emenda verbal, embora eu tenha falado aqui antes das dificuldades que seriam essa emenda. Posso disponibilizá-la pelo WhatsApp também, casos os vereadores queiram, mas ela é basicamente essa extensão desses vouchers também para os profissionais da Secretaria de Esporte e de Cultura”. Vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, aproveitando esse momento dessa deixa do vereador Wesley, eu queria pedir também à Casa que se a gente puder acrescentar os meses de abril e julho, uma emenda simples, a gente pode fazer em conjunto, todos os vereadores. O que o senhor acha?”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “ok, sem problema”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “eu vejo com bons olhos também essa emenda. Eu só pediria, vereador Wesley, já que o senhor formalizou, que o senhor pudesse ler o texto, só para ficar registrado e, quando da redação final, a gente já ter certinho o texto para incluir no texto final, para encaminhar para a sanção, se aprovado”. Vereador Tiago Almeida Tito: “e existe outra emenda nesse projeto”. Senhor Presidente: “sim”.



Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “mas é só da verbal, já puder ler direitinho, o pessoal da assessoria parlamentar está assistindo, que eles já escrevem”.

Vereador Wesley de Jesus Silva: “Art. 1º. Inclui o art. 1º A no Projeto de Lei 1.930/2020. Art. 1º A. O Poder Executivo fica autorizado a também conceder benefício pecuniário/vouchers aos trabalhadores terceirizados vinculados à Secretaria Municipal de Educação, à Secretaria Municipal de Esporte e Lazer e à Secretaria Municipal de Cultura. Parágrafo Único. Os vouchers indicados no caput serão disponibilizados...”.

Vereador Silvânio Aguiar Silva: “cortou o som”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “vereador? É, travou”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “travou o som dele”. Vereador Flávio de Almeida: “você está sem som, Wesley”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “aliás, ele saiu da tela aqui”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “para mim ele ainda aparece, mas com a imagem congelada”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu tenho a impressão de que eles perderam o sinal. Ah, bom, votaram aqui. Eu achei que eles tinham perdido o sinal onde estavam, porque saiu o Boi, o Wesley e o Zé Guedes ao mesmo tempo”. Vereador Flávio de Almeida: “tem que ter um pouco de paciência porque está chovendo forte”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “eu estou aqui”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “o sinal pode ficar ruim. Oh, Coxa, mas é por que você está em outro espaço, aí está mais interessante”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, pela ordem”. Senhor Presidente: “vereador Wesley de Jesus”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “ele está sem





sinal, Senhor Presidente”. Senhor Presidente: “vereadores Álvaro Azevedo, Tiago Tito, Flávio de Almeida, Silvânio Aguiar, eu acho que a nossa emenda, que fala do percentual de 50% do valor total do contrato de cada cooperativa, que seja estendido também, acompanhando a emenda do vereador Wesley de Jesus. Vocês concordam?”.

Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu posso falar? Eu acho que seria mais interessante, o Álvaro vai fazer a leitura da emenda, não é? E após ele fazer a leitura, a gente faz essa sugestão. Eu acho que seria mais pertinente”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “eu pedi para o vereador Wesley, daqui a pouco ele deve conseguir retornar, para fazer a leitura da emenda, primeiro para o pessoal do parlamentar que está assistindo já poder ficar ciente para, quando da redação final, colocar o texto certinho no projeto de lei para, se a gente aprovar aqui, ser encaminhado para sanção. E depois também eu quero saber se esses prestadores de serviços estão vinculados às três cooperativas que a prefeitura tem contrato, só para constar aqui no texto mesmo”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “não, eles não são”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “não são vinculados às cooperativas?”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “não”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “mas naturalmente tem um contrato vigente com a prefeitura?”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “com a Secretaria de Cultura, Educação e acredito que alguma outra”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “por isso que eu preciso entender melhor”. Vereador Flávio de Almeida: “Presidente, lembrando para a gente acrescentar os meses



de abril e julho, por favor. Isso é importante para os trabalhadores”. Senhor Presidente: “positivo e operante”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, só aproveitando esse momento em que o autor da emenda vai ainda conectar”. Vereador Flávio de Almeida: “Wesley voltou”. Vereador Tiago Almeida Tito: “é louvável o que a gente em feito aqui em relação a garantir pelo menos uma subsistência das cooperativas. O projeto fala das cooperativas de transporte e ele está propondo uma emenda para que aqueles terceirizados, por exemplo, tem aquela atividade na Secretaria de Esportes, que é um movimento que é feito por esses terceirizados, ou seja, nós vamos dar autorização para que o Executivo possa pagar essas pessoas nesse momento de pandemia. Mas infelizmente tem uma nota muito triste que rodou nas redes sociais e todo mundo viu, a gente não fez na mesma linha e deveria ter sido feito, foi com a questão dos estagiários da Secretaria Municipal de Educação. A gente entende que as aulas realmente estão paralisadas, mas poderia ter dado alguma atividade home office para esses estagiários acompanhado e supervisionado pelos profissionais de cada escola e mantido esses estagiários. É uma nota que eu venho colocar aqui como uma nota triste, porque são mais de quarenta, eles estão desesperados porque com esse recurso é que eles pagavam a faculdade deles. A gente espera que depois que isso passar, porque da forma que foi o e-mail, estava falando que se encerrou o contrato, depois saiu um esclarecimento da prefeitura falando que foi suspenso. Tomara que efetivamente tenha sido suspenso e que retorne quando as atividades presenciais das escolas retornem também e que seja



estendido um prazo para eles porque realmente eles estão em uma situação muito difícil, esses estagiários da Secretaria Municipal de Educação. Obrigado, Senhor Presidente”.

Vereador Flávio de Almeida: “lembrando, Senhor Presidente, que esses estagiários comem, pagam conta, tem família que depende deles e que nesse momento, a gente não pode simplesmente dispensar, a gente tem que ter o coração aberto, o administrador público, para exatamente abraçar essas pessoas nesse momento. É porque senão a vida fica muito fácil, nos bons momentos, você usa as pessoas e em um momento ruim, de pandemia, você manda embora. A família fica em casa, todos estão desesperados, dependem desse dinheiro. Obrigado”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, Presidente. Eu quero aproveitar esse momento para esclarecer a quem está nos acompanhando em casa que infelizmente o mundo não estava preparado para a pandemia, o Brasil não estava e Nova Lima muito menos. E o administrador público, antes de mais nada, ele tem que seguir alguns procedimentos legais. Eu sei que as vezes os procedimentos legais chegam a ser até absurdos, mas infelizmente tem essa limitação. Eu conversava com o prefeito municipal mais cedo, o Vítor Penido, a respeito desse assunto dos estagiários. O estagiário não é um contrato de trabalho, é um contrato de aprendizado, na qual a faculdade acompanha junto com a prefeitura as atividades dessa pessoa no intuito de qualificá-la e não só de remunerá-la; ela é remunerada, mas o foco principal é a qualificação dessa pessoa, a melhora da qualificação. Então, a manutenção, a continuidade do vínculo de estágio, que não é só



financeiro, isso conta para a faculdade também, sem essa atividade, ela não tem a validade, mas não houve o rompimento, houve a suspensão. O prefeito pediu que a procuradoria verificasse se existe embasamento legal que pudesse garantir o pagamento. Hoje não tem, mas eu já inicio aqui, já deixo claro que o Tribunal de Justiça de Minas Gerais está mantendo os estagiários dele. Então, eu estava na sala com o prefeito, quando o prefeito pediu que a procuradora do Município de Nova Lima verificasse com o Tribunal de Justiça de Minas Gerais quais são os argumentos jurídicos para que o tribunal continue mantendo o pagamento de estagiários. E, encontrada uma brecha jurídica, que seja a mesma brecha dada pelo tribunal, que ele possa manter. De qualquer forma, eu sugiro que talvez a gente possa talvez fazer uma emenda autorizando o prefeito a dar um voucher aos contratados de estágio nessa própria lei também. Porque eu sugiro isso? Porque o prefeito vai estar com embasamento legal. Ah, tem discussão sobre essa legislação, mas ele está embasado em uma legislação municipal, aí sim, ele pode fazer. Eu sugiro então que nós venhamos a acrescentar a esse projeto de lei que está sendo discutido agora uma emenda, na qual nós possamos incluir também os estagiários e assim validar e garantir que o Executivo não esteja como um todo despregado da legislação e do cumprimento desses benefícios que todos nós sabemos que é o melhor para a população, principalmente nesse momento que as pessoas tem vivido”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente, é só a título de sugestão, se não me engano, foi ontem ou anteontem esse e-mail encaminhado para os



estagiários suspendendo, eu vou relembrar o que o vereador Wesley disse, parece que suspenderam temporariamente porque, quando passar essa fase, eles retomariam automaticamente a trabalhar, às suas atividades junto à prefeitura. Mas porque só agora foi suspenso se já tem dois meses que estão nessa situação? Então, eu acho que saída para isso, para solucionar, tem, Presidente. Então, eu acho que é boa vontade. Eu vou até seguir a sugestão para que a gente possa deliberar, enquanto vereadores, alguma matéria que realmente dê a garantia de o prefeito retomar com essa turma, assim, hoje é quinta feira? Segunda-feira no máximo, para que ninguém fique prejudicado. Relembrando realmente as falas de que ninguém teve culpa dessa pandemia. Então, eu acho que está na hora de a gente se unir e ajudar as pessoas, principalmente nesse caso agora os estagiários”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu sei que esse não seria nem o tema da emenda, mas como todos os vereadores estão se manifestando, eu quero cumprimentar o Tiago Tito que foi o primeiro a levantar esse tema nesse assunto agora que, em minha opinião, é muito pertinente. Tem um ditado que diz, Senhor Presidente, que nem tudo que é direito, é justo, não é isso mesmo? E o que a gente percebe que aconteceu com os estagiários foi exatamente nessa linha. Realmente, eu tenho aqui que ser justo com o prefeito, talvez com o Jean, não sei se é o Jean a pessoa da administração responsável, em um primeiro momento, pela demissão desses estagiários, dessas pessoas que estavam estagiando na prefeitura, respeito muito o Jean, acho que ele trabalha com muito respeito com o cidadão, mas nesse caso aqui



houve um desrespeito com essas pessoas que eu acho que a gente tem que deixar claro enquanto representantes do povo. O anúncio dessas demissões, porque foi anúncio de demissão sim, feito entre nove e dez horas da noite, quer dizer, a pessoa está se preparando para dormir, recebe o anúncio de que vai ser demitido. E aí, Senhor Presidente, tem várias questões que a gente pode levar em consideração. A questão do home office eu acho que ela cabe muito bem. A gente sabe que muitos alunos estão com material para ser corrigido e eu tenho notícias de pessoas ligadas à Educação que as escolas estão guardando esse material que precisa ser corrigido, que não tem ainda uma destinação para isso, ou seja, esses estagiários, de alguma forma, aqui eu estou falando sem conhecimento de causa lá na ponta, eles poderiam estar ajudando a corrigir esse material. E, pela questão financeira, não foi de maneira nenhuma que essas pessoas foram demitidas. Haja visto que ontem a gente estava conversando com um advogado e a gente apurou esse assunto melhor, que só para o Fundeb, Nova Lima está recebendo, a partir desse mês, onze milhões, cento e noventa e um mil reais, ou seja, dinheiro para a Educação, sem dúvida nenhuma, a prefeitura tem. Eu acho que precisa, sim, de potencializar a contribuição que esses profissionais podem dar para o município, mas descartar como foi feito, eu acho que não pode, de maneira nenhuma. Foi corrigido, por que até então, eles tinham sido demitidos. E agora, falaram que não, que não é demissão não, que eles estão com o contrato suspenso. Esse é outro assunto, que foi depois que viram a melequeira que fizeram, eles falaram: ‘opa, nós precisamos corrigir aqui’, aí



estamos suspendendo. Até porque, Senhor Presidente, o senhor sabe muito bem que a partir de julho, a prefeitura não pode contratar mais por causa do período eleitoral. Então, realmente, se demitir essas pessoas e as aulas voltarem em julho, eu tenho duas observações e já vou terminar. Se as aulas voltarem em julho, a contratação desses profissionais, a gente tem que perceber a questão legal, muito possivelmente não vai poder ser feita mais; esse é um ponto. E o outro ponto, que não dá para entender, é que se as aulas voltarem em julho, será que esse pessoal não vai fazer falta, não? Como eles vão fazer? Porque eu não sei exatamente quantos são. Em novembro a Secretaria de Educação tinha duzentos e sessenta e seis estagiários, eu já ouvi falar em sessenta e poucos, então a gente não sabe o número exato. Eu sei que quando chegar julho, se esse pessoal estava lá prestando um serviço, eles vão fazer falta, eu acredito, para a secretaria. Então, eu penso que isso precisa ser melhor analisado. É só uma observação, muito obrigado, Senhor Presidente”. Senhor Presidente: “vereador Silvânio Aguiar, qual foi o valor repassado pelo Fundeb, só esse ano?”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Fundeb: onze milhões, cento e noventa e um mil reais, esse dinheiro estava bloqueado, para que não haja entendimentos errados, porque as pessoas estão falando desses onze milhões como se fosse aquele acordo de Brasília, não tem nada a ver com isso. Esses onze milhões são o dinheiro que ficou retido com o Estado durante um tempo e a AMM fez um acordo no ano passado e a partir desse ano começa a ser pago. Já foram pagas parcelas de abril, de maio e daqui para frente vai continuar o pagamento. Senhor



Presidente, nesse mesmo acordo, para a gente entender, de ICMS já estão na conta da prefeitura seis milhões, oitocentos e oitenta e sete mil reais; de IPVA, cinco milhões, duzentos e cinquenta e oito mil reais. Quem não quiser acreditar em mim, não precisa, está na receita, é só ir lá, pesquisar e vai ter a informação correta. É só isso, muito obrigado, Senhor Presidente”. Vereador Flávio de Almeida: “senhor Senhor Presidente, voltando aos estagiários, onde o braço da lei não atinge, a justiça tem que ser feita. A gente não pode fazer esse tipo de coisa com nenhum ser humano, as pessoas comem, bebem, pagam suas contas. Essa semana foi mais um fracasso nesse governo, olha a cesta básica que foi distribuída nessa cidade, gente. Cesta básica que, diga-se de passagem, outro dia eu vi um vereador, aquelas cinco laranjinhas que foram na cesta básica, o vereador chupou dez só em cinco minutos de conversa. Você faz uma cesta básica daquela, envia para uma família, não dá para comer em um domingo. Isso é uma administração? Quando o vereador Silvânio fala de milhões, Silvânio, milhões entrando nos cofres públicos, a gente fica imaginando, você corta os estagiários, mas você é incapaz de parar uma obra uns dias. São vinte e um milhões uma obra dessas. Então, eu acho que a gente tem que pegar e tem que ser honesto. O governo anda, Senhor Presidente, na contramão de qualquer cidade. O Brasil foi atingido por uma pandemia, ela está aí, ela é real, mas nós, em Nova Lima, assistimos esse governo fazer esses desmandos. Mais algum vereador viu a cesta de legumes ou foi só eu que vi?”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “todos os vereadores viram”. Vereador Flávio de





Almeida: “eu acho que seria impossível ver a olho nu, se fosse um olho de rico vendo, mas como é o olho do pobre que enxerga aquilo ali, você enxerga como uma mini cesta. Então, é um governo já caminhando para o fracasso. Graças ao bom Deus, está chegando ao final e, graças ao bom Deus, o povo de Nova Lima acordou. Chega desse tipo de ação”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “senhor Flávio, o senhor me permite um aparte?”. Vereador Flávio de Almeida: “permite e muito obrigado pelo senhor Flávio, eu gosto é assim”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “é porque eu ia falar Senhor Presidente”. Vereador Flávio de Almeida: “muito obrigado”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “com o aparte do senhor Flávio, do doutor Flávio, eu quero só fazer um adendo à sua fala, com relação à essa cesta, que ela é mais preocupante ainda, vereador. Porque fala que é um benefício, ‘Kit agricultura familiar’, mas se o senhor pegar a nota fiscal, ela vem de um sacolão, a nota fiscal está em nome de um sacolão e é ‘Kit agricultura familiar’. A gente tem que entender isso, como é essa questão da agricultura familiar. Se realmente foi comprado de um agricultor familiar ou se eles foram ao CEASA buscar isso para entregar aqui com o nome de ‘Kit agricultura familiar’. Temos que entender isso”. Vereador Flávio de Almeida: “verdade. Obrigado, Presidente”. Senhor Presidente: “eu acho que teve gente que gastou mais de ônibus do que a própria cesta de legumes. É brincadeira, é lamentável. Eu, sinceramente, eu não acreditei a primeira vez que eu vi a foto daquela cesta. Lamentável. Com a palavra o vereador Wesley de Jesus”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “eu vou pular toda essa parte eleitoreira, que eu acho



que o povo que está em casa deve estar interessado mais nos projetos. Vou voltar aqui, novamente, para a leitura da emenda do projeto de lei, porque eu acho que o povo vai fazer juízo de valor de todos os atos, seja bom ou ruim, quem pediu desculpa, quem pediu perdão e, principalmente, atos nossos, que estamos aqui, vão ser revistos em outros momentos. Eu posso dar continuidade na leitura da emenda, Presidente?”. Senhor Presidente: “vereador Wesley de Jesus, por favor, o senhor inicia novamente. O senhor inicia, por favor”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “está bom. Emenda aditiva ao Projeto de Lei 1.930/2020. Inclui o art. 1º A no Projeto de Lei 1.930/2020. Art. 1º. Inclui o art. 1º A no Projeto de Lei 1.930/2020. Art. 1º A. O Poder Executivo fica autorizado a também conceder benefício pecuniário/vouchers aos trabalhadores terceirizados e estagiários vinculados à Secretaria Municipal de Educação, à Secretaria Municipal de Esporte e Lazer e à Secretaria Municipal de Cultura. Parágrafo Único. Os vouchers indicados no caput serão disponibilizados durante os meses de maio e junho do corrente ano ou enquanto durar a suspensão do contrato de prestação do serviço”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente, vou fazer aqui uma sugestão, acho que para a gente dar celeridade e organizar a questão das emendas desse projeto. Nós, cinco vereadores, eu, o senhor, o Tiago, o Silvânio e o Flávio, nós protocolamos uma emenda para, ao invés de permitir que o prefeito estipule o valor desse voucher, até então o projeto original só tratava da questão das cooperativas, e a gente estava apresentando um valor percentual, ao invés de deixar o prefeito livremente



escolher esse valor. Então, a gente estava trazendo um percentual de cinquenta por cento do contrato vigente. Mas, caso essa emenda do vereador Wesley passe e eu acredito que deva passar, já deixando aqui claro, que eu a acho realmente interessante, a nossa emenda vai ter que alterar também um pouco, pelo seguinte: porque esse valor de cinquenta por cento, fica a questão, naturalmente, das cooperativas e terceirizados, mas para os estagiários que estão sendo incluídos agora na emenda apresentada pelo vereador Wesley, que seja o valor integral, os estagiários não podem receber metade desse valor”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “boa, boa”. Vereador Tiago Almeida Tito: “não incluiu estagiários na emenda dele, não”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “ele acabou de incluir os estagiários”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “incluiu, sim”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “ele acabou de ler”. Vereador Flávio de Almeida: “incluiu, sim”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “terceirizados e estagiários”. Vereador Tiago Almeida Tito: “ah, desculpa, eu não reparei, perdão”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “o senhor entendeu, Presidente?”. Senhor Presidente: “entendi, perfeito”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “é só para ficar claro, porque a questão dos cinquenta por cento é para os carros, vamos generalizar, para todos os que prestam serviço com os carros, seja van, micro-ônibus ou carros pequenos, de passeio, mas que os estagiários, naturalmente, recebam o valor integral da bolsa”. Senhor Presidente: “com a palavra o vereador José Guedes”. Vereador José Geraldo Guedes: “Senhor Presidente, eu vou



novamente solicitar ao senhor, que os cinco vereadores da situação solicitaram para o senhor a folha de pagamento e, inclusive, tinha uma ação contra a Câmara, do Ministério Público. O senhor vai conceder, marcar uma data para a gente ter acesso à folha de pagamento? Primeira pergunta. Segundo assunto, os estagiários merecem sim, mas vem falar que o estagiário come e bebe, os que foram dispensados da Câmara também comem e bebem. Então, em uma hora de uma doença dessas que está atingindo o mundo todo...”. Senhor Presidente: “o senhor podia falar mais alto um pouco? O segundo, o que é?”. Vereador José Geraldo Guedes: “foram dispensados vinte e poucos pais de família da Câmara”. Senhor Presidente: “vereador José Guedes, a Câmara está de portas abertas. A Câmara está de portas abertas lá, o senhor pode ir lá, vasculhar, tem Portal da Transparência. Talvez o senhor não saiba o que é Portal da Transparência”. Vereador José Geraldo Guedes: “não estou ouvindo nada, Senhor Presidente”. Senhor Presidente: “que durante a sua gestão, ele estava desatualizado. Então, ele está atualizado, o senhor pode ir lá. Acesse o Portal da Transparência”. Vereador José Geraldo Guedes: “eu estou com a palavra, Senhor Presidente”. Senhor Presidente: “o senhor terá todas essas informações”. Vereador José Geraldo Guedes: “eu estou com a palavra, Senhor Presidente. O portal não está completo...”. Senhor Presidente: “o senhor está fora de pauta, eu vou mandar bloquear o microfone do senhor. Assessor, por favor, bloqueie o microfone do vereador José Guedes. Bloqueie, por favor. Vereador Álvaro Azevedo, a leitura, por favor, da emenda”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de



Azevedo: “da emenda?”. Senhor Presidente: “ao Projeto de Lei 1.930/2020”. Senhor Secretário: “modifica a redação do artigo primeiro do Projeto de Lei em epígrafe, exclui o artigo segundo e modifica o artigo terceiro, renumerando-os em seguida. Sendo assim, passarão a vigorar nos seguintes termos: Art. 1º. O Poder Executivo fica autorizado a conceder benefício pecuniário/vouchers, no percentual de cinquenta por cento do valor total do contrato de cada cooperativa de transporte que prestam serviço à Prefeitura de Nova Lima. O parágrafo único se mantém. O artigo segundo é excluído e Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação. E assinam os vereadores Álvaro Azevedo, Fausto Niquini, Flávio de Almeida, Silvânio Aguiar e Tiago Tito. Mas aí, Presidente, lembrando que essa é a emenda original do projeto original. Lembrando que com a apresentação da emenda do vereador Wesley, a gente adéque que esse valor de cinquenta por cento do contrato permanece para as cooperativas e prestadores de serviço terceirizados e que, no caso dos estagiários, seja mantida a integralidade do pagamento, a bolsa total, em cem por cento”. Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Soldado Flávio”. Vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, ainda falando sobre as cooperativas, acrescentar os meses de abril e julho nessa emenda, pode ser?”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “perfeito”. Senhor Presidente: “perfeito”. Vereador Flávio de Almeida: “por gentileza? Muito obrigado”. Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Wesley de Jesus”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “olha, gente, vamos fazer uma coisa aqui, porque a gente precisa resolver o problema das pessoas.



Eles precisam receber imediatamente alguma coisa. Se incluir abril, pode dar algum problema de inconstitucionalidade. Então, vereador Flávio, eu sugiro que a gente não venha incluir o retroativo, para que a gente não tenha que ter Veto, quebra de Veto e voltar para a Câmara de novo. Eu sugiro isso e peço à Vossa Excelência que retire, para que a gente tenha um projeto de lei que traga efetividade. Sugiro ainda que nós venhamos então a fazer uma alteração, colocando o art. 2º que foi revogado, o artigo que eu li, como 1º A, passe a ser o segundo, que foi revogado agora, e dentro do artigo 1º A, nós venhamos fazer a emenda do valor integral. Posso ler da forma que eu estou pensando, incluindo a emenda que o senhor está falando? Vou ler então. Ficaria assim:

Art. 1º. O Poder Executivo fica autorizado a conceder benefício pecuniário/vouchers aos trabalhadores vinculados a cooperativas que prestam serviços à prefeitura de Nova Lima. Os benefícios indicados serão disponibilizados... Aí o... No valor... Aí, em cima, você colocou, não é, vereador? Eu vou ler de novo: O Poder Executivo fica autorizado a conceder benefício pecuniário/vouchers, no montante de cinquenta por cento sobre o valor do contrato vigente, aos trabalhadores vinculados a cooperativas que prestam serviços à prefeitura de Nova Lima”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “e os terceirizados, não?”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “não. O parágrafo único continua o mesmo. Aí, o parágrafo segundo, que foi revogado nas suas emendas, passaria a ser o artigo 1º A que ficaria: O Poder Executivo fica autorizado a também conceder benefício pecuniário/vouchers, aos trabalhadores terceirizados e estagiários



vinculados à Secretaria Municipal de Educação, à Secretaria Municipal de Esporte e Lazer e à Secretaria Municipal de Cultura, sendo o valor pago na sua integralidade”.

Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “tá, mas o senhor está sugerindo, além dos estagiários receberem na integralidade, aos terceirizados também?”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “os terceirizados são professores”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “tá”. Senhor Presidente: “chegaram à conclusão? Com a palavra o vereador Soldado Flávio”. Vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, a minha preocupação com o mês de abril é que essas pessoas pagaram prestação de carro, pagaram combustível e eles têm uma vida para manter. Eu acho que a gente podia, vereador Wesley, pensar nisso e a gente manter isso. E o senhor consegue, realmente, no governo, negociar isso. Por quê? Realmente as pessoas estão passando dificuldade de verdade e o senhor sabe disso, o senhor convive com eles também. Fala, Wesley”.

Vereador Wesley de Jesus Silva: “é justamente por conviver com eles, vereador Soldado Flávio, e conhecer a visão da Procuradoria do município, é que eu entendo hoje que vai ter Veto. Nós estamos no mês de maio ainda, então, há para pagar o mês de maio, que venceu dia dez, praticamente. Então, eu acredito que o mês de maio, nós não vamos ter muita discussão, agora, se a gente retroagir, vai cair na mesma situação do Veto que nós acabamos de derrubar do prefeito, que é o Veto da questão dos Guardas Municipais, que é o mesmo entendimento. A Procuradoria entendeu que nós não podemos retroagir à data anterior à aprovação da Lei. Esse foi o Veto que nós acabamos



de quebrar. Mas nessa ida, aprovação e Veto, dá dois meses, um mês e meio”. Vereador Flávio de Almeida: “podemos então manter o mês de julho?”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “não, então, o mês de maio e enquanto durar a suspensão do contrato. Iniciando no mês de maio e enquanto durar a suspensão do contrato. Posso reler de novo?”. Vereador Flávio de Almeida: “por favor”. Vereador Wesley de Jesus: “O Poder Executivo fica autorizado a conceder benefício pecuniário/vouchers, no montante de cinquenta por cento sobre o valor do contrato vigente, aos trabalhadores vinculados a cooperativas que prestam serviços à prefeitura de Nova Lima, artigo primeiro. Art. 2º. O Poder Executivo fica autorizado a também conceder benefício pecuniário/vouchers aos trabalhadores terceirizados e estagiários vinculados à Secretaria Municipal de Educação, à Secretaria Municipal de Esporte e Lazer e à Secretaria Municipal de Cultura, na sua integralidade. Aí, nós colocaríamos o artigo terceiro colocando todos: Os vouchers indicados nos artigos anteriores serão disponibilizados durante o mês de maio e enquanto durar a suspensão do contrato de prestação de serviço. Artigo quarto: esta lei passa a vigorar na data da sua...”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “por conta da pandemia, naturalmente”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “isso, enquanto durar o decreto da pandemia. Acho que dessa forma nós vamos contemplar todas as emendas, o projeto pode sair em nome da Casa e resolver esses imbróglis”. Vereador Flávio de Almeida: “ok”. Senhor Presidente: “vereador Tiago Tito, o senhor concorda com essas alterações, quer fazer alguma observação?”.





Vereador Tiago Almeida Tito: “é só no parágrafo único do artigo primeiro, ele é só específico entre as cooperativas. Não sei se deveria alterá-lo também, apesar que já criou o artigo terceiro que vincula ao artigo segundo na emenda dele. Eu estou achando um pouco confuso, não sei se a gente vai deixar a lei clara, sabe? Eu acho que deveria ser feita uma leitura da lei completa, como ela vai ficar, do artigo primeiro até o final...”. Senhor Presidente: “vereador Tiago Tito, o vereador Wesley de Jesus vai entregar a redação da emenda na Secretaria, vai entregar na Secretaria a emenda, redação final”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente”. Senhor Presidente: “vereador Álvaro Azevedo”. Vereador Tiago Almeida Tito: “não estava falando isso não, Senhor Presidente. Senhor Presidente, eu estou com a palavra”. Senhor Presidente: “ah, o senhor está com a palavra? Com a palavra o vereador Tiago Tito”. Vereador Tiago Almeida Tito: “tem que resolver isso hoje, ele está querendo que aprove isso hoje, ele não vai entregar lá na Secretaria, não. O projeto está em votação, ele está colocando a emenda”. Vereador Flávio de Almeida: “mas tem que passar pela Redação Final”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente”. Senhor Presidente: “é brincadeira”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente”. Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Álvaro Azevedo”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “para mim ficou muito claro como é que vai ficar o projeto. Artigo primeiro concedendo cinquenta por cento do valor total do contrato para as cooperativas. Artigo segundo autorizando o prefeito a pagar os



prestadores de serviços das respectivas secretarias lidas e dos estagiários, na sua integralidade o valor, e o artigo terceiro falando que vai a partir do mês de maio até enquanto durar a pandemia. Está claro o projeto. Ou seja, a gente está apresentando uma emenda modificativa, a gente mudou o texto original e está trazendo, elucidando o pagamento de metade do valor para as cooperativas, a partir de maio até quando durar a pandemia e para os estagiários e prestadores de serviço o valor integral também nesse mesmo período”. Senhor Presidente: “beleza, vamos lá”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “para mim o entendimento ficou esse”. Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Tiago Tito”. Vereador Tiago Almeida Tito: “no artigo primeiro tem um parágrafo único. Ele se mantém do jeito que está?”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “não, foi excluído”. Vereador Tiago Almeida Tito: “ele vai ser excluído?”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “está excluído”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “Presidente, só para ficar claro, eu posso ler de novo? Vereador Tiago Tito, deixe-me ler de novo: Art. 1º. O Poder Executivo fica autorizado a conceder benefício pecuniário/vouchers, no percentual de cinquenta por cento sobre o valor total do contrato vigente aos trabalhadores vinculados a cooperativas que prestam serviços à prefeitura de Nova Lima. Art. 2º. O Poder Executivo fica autorizado a também conceder benefício pecuniário/vouchers aos trabalhadores terceirizados e estagiários vinculados à Secretaria Municipal de Educação, à Secretaria Municipal de Esporte e Lazer e à Secretaria Municipal de Cultura, na sua integralidade. Art. 3º. Os



vouchers indicados no caput serão disponibilizados durante o mês de maio e enquanto durar a suspensão dos contratos de prestação de serviço, devido ao decreto de pandemia.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação”. Senhor Presidente: “em discussão, em votação a emenda em conjunto ao Projeto de Lei nº 1.930/2020. Vereador Alessandro Coxinha, como vota?”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Senhor Presidente, quero parabenizar o vereador Wesley de Jesus por colocar os estagiários também nesse voucher, uma porque os estagiários precisam, muitos foram pegos de surpresa, então, os estagiários precisam disso. Acho que esse projeto de lei vai beneficiar muito, mas muito os estagiários, muitos pagam aluguel, muitos ainda estão pagando faculdade. Então, parabéns, vereador Wesley de Jesus por ter colocado os estagiários também nesse projeto. Meu voto é totalmente a favor dessa emenda, Senhor Presidente”. Senhor Presidente: “vereador José Guedes”. Vereador José Geraldo Guedes: “quero parabenizar o Wesley de Jesus...”. Senhor Presidente: “vereador Boi”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “calma, Fausto”. Vereador José Carlos de Oliveira: “a favor”. Vereador José Geraldo Guedes: “Senhor Presidente, não votei ainda não. Até na votação o senhor me corta? Não votei não”. Senhor Presidente: “como o senhor vota, vereador José Guedes, favorável ou contra?”. Vereador José Geraldo Guedes: “estou justificando o meu voto, parabenizando o vereador Wesley de Jesus. Até na votação o Presidente me corta. Estou parabenizando pelo fato que a vida toda eu pensei e lutei pelos estagiários. Estagiário tem que ter a sua chance para o seu



aprendizado, para a sua formatura e a sua formação. Então, sou favorável e parablenizo o vereador. Até na votação o senhor quer cortar a minha fala”. Senhor Presidente: “vereador Boi”. Vereador José Carlos de Oliveira: “sou a favor”. Senhor Presidente: “vereador Wesley de Jesus”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “sou favorável”. Senhor Presidente: “vereador Soldado Flávio de Almeida”. Vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, só para a gente fazer justiça à Câmara Municipal hoje, quando os outros vereadores agradecem ao vereador Wesley é até um ato de injustiça, porque a Casa, nós estamos há meia hora discutindo sobre estagiário, trouxemos isso à tona, o vereador Wesley teve a participação dele, mas os parabéns hoje vão para todos os nove vereadores que estão preocupados com a cidade e preocupados com os estagiários. É só questão de justiça. Eu voto a favor”. Senhor Presidente: “vereador Silvânio Aguiar, como vota?”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “voto a favor, Senhor Presidente”. Senhor Presidente: “vereador Tiago Tito, como vota?”. Vereador Tiago Almeida Tito: “favorável, Senhor Presidente. Muito boa a colocação do vereador Flávio”. Senhor Presidente: “vereador Álvaro Azevedo, como vota?”. Vereador Álvaro Alonso Perez Moraes de Azevedo: “Presidente, só para justificar aqui previamente também, na verdade, isso que a gente fez agora, é consertar a burrada que a prefeitura fez, mais uma. Então, na verdade, a gente está consertando essa... Eu queria falar outra palavra aqui, mas vou me limitar, consertando a burrada que a prefeitura fez e dando condições de os estagiários, dos prestadores de serviço e, principalmente, àqueles vinculados às



cooperativas que eles consigam, minimamente, continuar vivendo por conta dessa pandemia. Então, naturalmente, meu voto é a favor, Presidente”. Senhor Presidente: “aprovada a emenda em conjunto ao Projeto 1.930/2020. Em votação o Projeto de Lei, com a emenda, 1.930/2020, autoria dos vereadores Alessandro Luiz Bonifácio, Ederson – Kim do Gás, Boi, José Guedes, Wesley de Jesus, Soldado Flávio de Almeida, Silvânio Aguiar, Tiago Tito, Álvaro Azevedo, Fausto Niquini e Alessandro Coxinha. Em primeira votação. Vereador Coxinha, como vota?”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “a favor, Presidente”. Senhor Presidente: “vereador José Guedes, como vota?”. Vereador José Geraldo Guedes: “qual projeto é esse? Cortou o meu som aqui na hora, o projeto é sobre o que? Eu não ouvi”. Senhor Presidente: “é o projeto, a emenda que foi feita, sobre o voucher aos cooperados, aos estagiários”. Vereador José Geraldo Guedes: “a favor”. Senhor Presidente: “vereador Boi, como vota?”. Vereador José Carlos de Oliveira: “a favor, doutor. A favor, Presidente”. Senhor Presidente: “vereador Wesley de Jesus, como vota? Falou, Boizinho”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “Presidente, eu queria ressaltar para os demais vereadores que nós estamos dando um salto muito maior do que só conceder. Eu entendo o posicionamento político de cada um, está na época política mesmo, mas nós estamos concedendo para, principalmente, os estagiários, que teriam os contratos praticamente rompidos a partir do dia seis, a permanecer um período maior, porque eles vão receber o voucher, então não está dentro do contrato, isso é um auxílio do governo. A mesma coisa, as cooperativas, eles estão



recebendo o voucher, que é um auxílio do governo, mas os contratos estão suspensos e podem ser executados a partir de julho, o processo licitatório finaliza em julho, eles vão ter mais um período de mais quatro, cinco meses, para dar continuidade à execução das suas atividades. Voto favorável, Presidente”. Senhor Presidente: “vereador Silvânio Aguiar, como vota?”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “voto favorável, Senhor Presidente”. Senhor Presidente: “vereador Tiago Tito, como vota?”. Vereador Tiago Almeida Tito: “favorável, Senhor Presidente”. Senhor Presidente: “vereador Álvaro Azevedo, como vota?”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “a favor”. Senhor Presidente: “aprovado por unanimidade, primeira votação”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Presidente, esse projeto tem que ir para a segunda votação, se puder ser hoje”. Senhor Presidente: “segunda votação desse Projeto de Lei 1.930/2020. Vereador Coxinha, como vota?”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “a favor, Senhor Presidente”. Senhor Presidente: “vereador José Guedes, como vota? É o mesmo projeto, José Guedes”. Vereador José Geraldo Guedes: “a favor”. Senhor Presidente: “vereador Boi, como vota?”. Vereador José Carlos de Oliveira: “a favor”. Senhor Presidente: “vereador Wesley de Jesus, como vota?”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “favorável”. Senhor Presidente: “vereador Soldado Flávio, como vota?”. Vereador Flávio de Almeida: “favorável”. Senhor Presidente: “vereador Silvânio Aguiar, como vota?”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “favorável, Senhor Presidente”. Senhor Presidente: “vereador Tiago Tito, como vota?”. Vereador Tiago Almeida Tito: “favorável”. Senhor



Presidente: “vereador Secretário, Álvaro Azevedo, como vota?”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “a favor”. Senhor Presidente: “aprovado o Projeto 1.930/2020 por oito votos favoráveis, juntamente com a emenda. Encaminho o Projeto de Lei 1.930/2020 à sanção. Agradecemos a presença de todos e sob a proteção de Deus...”. Vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Senhor Presidente”. Vereador Flávio de Almeida: “questão de ordem”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Senhor Presidente”. Vereador Flávio de Almeida: “questão de ordem. Está surdo”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “hoje a internet está funcionando bem, o povo quer reunião”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “hoje está todo mundo ouvindo”. Vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente”. Senhor Presidente: “esse projeto já votou”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “dos conselheiros tutelares, Presidente”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, tem o dos conselheiros tutelares”. Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Soldado Flávio”. Vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, enquanto olha se tem mais algum projeto, eu queria fazer um agradecimento à Copasa e ao Estado de Minas Gerais. Essa semana eles deram início à ligação de esgoto do Jardim Canadá II, um trabalho exclusivo do Estado e da própria Copasa. Parabenizar os trabalhadores que estão lá hoje. Senhor Presidente, é para a gente parabenizar a Copasa e governo do Estado, essa semana deu início à ligação de esgoto do Jardim Canadá II, um trabalho que foi iniciado lá atrás, pelo governo do PT, e está sendo concluído agora



graças ao trabalho da Copasa e do próprio governo do Estado. Então, os nossos parabéns vão para a instituição Copasa e para os trabalhadores que estão lá”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu quero me manifestar, apesar de o grupo de cinco vereadores serem sempre acusados de fazer politicagem. Politicagem para mim é demitir pessoas e depois fazer um projeto que jogue elas para dentro de novo. Mas eu não quero colocar lenha na fogueira, conforme o próprio vereador falou, a população está fazendo a avaliação disso o tempo todo. É lógico e evidente, Senhor Presidente, nós não podemos fazer requerimento, mas eu quero deixar o meu alerta. Ha poucos meses, Nova Lima foi... A comunicação muito forte, dizendo de benefícios para pessoas que trabalharam no carnaval, uma comissão que os funcionários ganharam vinte por cento, uma gama muito grande de funcionários ganhou vinte por cento. Eu acho muito justo, eu não estou aqui questionando quem ganhou vinte por cento. Mas fica aqui a minha manifestação, enquanto homem público, enquanto pessoa que anda nessa cidade, de respeito aos profissionais da saúde que não estão tendo o mesmo respeito que os profissionais que trabalharam no carnaval tiveram. Então, fica o meu alerta. Quem sabe alguém resolva fazer um projeto, isso sempre acontece, a gente fala e na semana que vem aparece um bom projeto, muito bonito. Os profissionais de saúde, Senhor Presidente, precisam de uma comissão, eles estão trabalhando mais do que todo mundo, eles estão correndo risco mais do que todo mundo, e é mais do que merecido. Essa administração tem duzentos e cinquenta milhões em caixa. Essa administração que não





parou, o setor que mais funciona na prefeitura hoje, além do setor de saúde, é lógico, e eu respeito, já falei aqui da comunicação também, mas um dos setores que mais funciona na prefeitura hoje é o setor de licitações. A prefeitura faz licitação a torto e a direito. Então, quem sabe o prefeito se sensibilize e entenda que os profissionais de saúde precisam também, quem sabe, de uma comissão semelhante a estes que trabalharam no carnaval. Mais uma vez, eu estou falando que eu acho que foi merecido, quem trabalhou no carnaval, mas as pessoas que estão na saúde precisam de respeito e consideração. É só um alerta, eu sei que nós não podemos fazer requerimento, mas fica essa pulguinha atrás da orelha do prefeito, que ele se sensibilize com os profissionais da saúde. Muito obrigado, Senhor Presidente”. Vereador Tiago Almeida Tito: “me dá um aparte, senhor vereador?”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “aparte concedido ao vereador colega Tiago Tito”. Vereador Tiago Almeida Tito: “só para colaborar e parabenizar pela colocação. Vai a título de sugestão, a gente tem que ressaltar o pessoal de água e esgoto também, o pátio de obras não parou, eles não pararam. As atividades na prefeitura estão paradas, está tendo rodízio, as pessoas vão um dia sim, outros não, mas eles não pararam nem um minuto, o pessoal de água e esgoto”. Vereador Flávio de Almeida: “segurança pública também”. Vereador Tiago Almeida Tito: “segurança pública também, os Guardas Municipais estão ajudando também no serviço de fiscalização, junto com o DFAU, que é o serviço de fiscalização, zoonoses, vigilância sanitária, têm feito um trabalho, infelizmente, os comerciantes, principalmente do Vila



da Serra, que estão dando mais trabalho, eles estão tendo que atuar e trabalhando muito mais do que a rotina normal de trabalho deles. Voltando à questão da área de saúde, a área de saúde tem uma questão muito específica, que é a questão realmente de exposição ao risco. Nova Lima tem hoje cento e um casos confirmados, claro que nem todos foram confirmados dentro do serviço público municipal, mas a maioria deles, eu acredito que sim, e estão sendo acompanhado pelos profissionais da área de saúde. Então, por esta questão de risco à vida, eu acho que provisoriamente deveria sim o município instituir uma gratificação pelo risco de estar exposto ao risco de vida, não só deles como de seus familiares porque esses profissionais voltam para as suas residências, alguns deles estão dormindo fora da sua casa. Então, assim, seria fundamental e acho que isso é uma questão de responsabilidade social, a prefeitura reconhecer isso e gratificar, visto que recurso não está faltando para o município de Nova Lima. O município tem recebido em dia as parcelas da Vale, em dia essa renegociação que foi feita, você mesmo falou, de ICMS, IPVA. Então, recurso tem para que se possa remunerar e reconhecer esses profissionais da área de saúde. Mas ressaltar aqui também o pessoal de água e esgoto, o pessoal da Secretaria de Segurança, principalmente os guardas municipais, e o departamento de vigilância, fiscalização, zoonose e fiscalização sanitária”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “muito bem, senhor vereador, obrigado. Senhor Presidente, vou terminar a minha fala. Tiago, eu quero te agradecer pela contribuição. E gostaria muito, Senhor Presidente, nós não estamos



fazendo requerimento, mas eu acho que vale uma moção de aplausos, ontem foi o Dia do Enfermeiro, eu acho que merece, é um reconhecimento que a Câmara tem que fazer para esses profissionais. Para além dessa nossa contribuição aqui no sentido de tentar provocar a administração a dar um up para estes profissionais, o nosso reconhecimento também, ontem foi o Dia do Enfermeiro, então que fique registrado esse nosso reconhecimento, enquanto vereadores da Casa, para os profissionais da saúde, da educação, ontem foi do Enfermeiro, mas vamos incluir os profissionais da saúde, da segurança, todos os profissionais que estão envolvidos para a gente passar com mais tranquilidade essa pandemia. Não falo mais. Muito obrigado, Senhor Presidente”.

Senhor Presidente: “muito bem, vereador Silvânio Aguiar, excelente observação de vocês, tanto a do Tiago Tito, quanto a sua. A gente sabe muito bem que os enfermeiros estão, juntamente com os médicos, no serviço de ponta. Eu acho que é muito importante também que seja feito o descarte regular dos EPI’s que são os equipamentos de proteção individual, principalmente as máscaras, as luvas, para que não sejam reaproveitadas. Vai aqui um abraço carinhoso a todos os enfermeiros da nossa cidade pelo excelente trabalho que vocês vêm desenvolvendo no nosso município. Como médico, eu não poderia deixar de dar um enorme abraço muito forte, muito grande em cada um de vocês. E tenham certeza de que vocês são hoje os principais responsáveis por essas orientações às pessoas no dia a dia. O Enfermeiro é que está ali no dia a dia em contato com os pacientes”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente, às



vezes, eu tento me segurar para não entrar nessa questão, mas vocês me provocam no bom sentido, aí é difícil realmente ficar quieto aqui. Mas eu concordo com o vereador Silvânio quando ele relembra a questão da concessão de gratificação para os servidores, na sua maioria comissionados, que trabalharam no carnaval. Ninguém é contra isso, o pessoal trabalhou além daquele serviço normal, diário, faz jus sim à gratificação, é uma forma de incentivo. Mas o que me entristece é ver que logo no início da pandemia, esse decreto foi editado, concedendo esse benefício para quem trabalhou, lógico que além do planejamento, de pensar, o evento carnaval, mas trabalhou ali os cinco dias. E há dois meses, o pessoal da saúde está se sacrificando em prol de todos nós e não recebe reconhecimento nenhum, inclusive tem dificuldade de ter acesso a todos os equipamentos de proteção individual. Então, assim, dá muita tristeza, sabe, Presidente? Agora, para não render tanto o assunto, realmente cada um eu acho que teve oportunidade de se manifestar em homenagem aos enfermeiros, mas não me leve a mal, Silvânio, pelo amor de Deus, é só uma crítica, eu acho que construtiva, se tiver essa moção de reconhecimento aos enfermeiros, eu não quero assinar, eu não quero assinar em nome da Casa, porque essa Casa tem uma imagem muito deturpada, muito mal, muito suja perante o servidor público, sabe? Porque essa Câmara corroborou com a intenção do prefeito em retirar os direitos, se a gente não tivesse retirado de todo mundo, talvez a gente não estivesse discutindo isso aqui hoje. Então, eu prefiro mais do que assinar uma moção, uma homenagem para os enfermeiros, eu prefiro continuar me



posicionando a favor do servidor. E tenho certeza que ano que vem esse assunto de estatuto, que eu já falei, os senhores me desculpem, hoje a minha língua está afiada, mas esse estatuto, na verdade, esse papel tinha que servir para outra coisa. Eu tenho certeza que ano que vem esse assunto vai voltar à tona, a gente vai poder retomar e acredito que trazer boas novas para os servidores que, realmente, mais do que gratificação, merecem sim valorização constante pelo serviço que prestam à população”. 8) Projeto de Lei nº 1.899/2019, autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre a política municipal dos direitos da criança e do adolescente; regulamenta o regime jurídico da função pública de conselheiro tutelar no âmbito do Município de Nova Lima e dá outras providências”. Senhor Presidente: “solicito ao Senhor Secretário a leitura da emenda de autoria do vereador Coxinha. São seis emendas”. Senhor Secretário: “são cinco escritas e uma verbal”. Senhor Presidente: “gostaria de solicitar ao vereador Tiago Tito que faça novamente a leitura da sua emenda”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, pela ordem. Só para corrigir, o vereador Coxinha está assinando essa que eu vou ler, muito provavelmente, ele vai tirar a outra, não precisa fazer a leitura da dele, da primeira, entendeu?”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “é igual a sua, vereador Tiago?”. Vereador Tiago Almeida Tito: “isto”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “está ok”. Senhor Presidente: “então, vereador Tiago Tito, faça, por favor, a leitura da sua emenda”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Emenda Modificativa ao Projeto de Lei 1.899/2019. Altera dispositivos do Projeto de Lei nº 1.899, de cinco de dezembro de



2019 e dá outras providências. Art.1º. Fica alterada a redação do parágrafo primeiro, bem como a redação do parágrafo segundo do art.32 do Projeto de Lei nº 1.899/2019, que passam a vigorar da seguinte forma: Art.32. §1º. A jornada diária dos conselheiros tutelares compreende 06 horas de trabalho nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, acrescido de um plantão semanal noturno de 14 horas. Art.32. §2º. Cada conselheiro tutelar deverá obedecer escala de sobreaviso aos finais de semana e feriados, sendo essas compensadas no dia útil subsequente, sem prejuízo da composição do colegiado. O parágrafo 3º do artigo 32 será revogado. Art.2º. Fica alterada a redação do caput do art.39 do Projeto de Lei nº 1.899/2019, que passa a vigorar com a seguinte redação: Art.39. A jornada de trabalho de conselheiro tutelar é de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, incluindo o regime de plantão (sobreaviso) e deve ser estabelecida de modo a dar cumprimento ao disposto no art.32 desta Lei. Somente isso. Assinam os vereadores Coxinha, Flávio, eu, Fausto Niquini, Silvânio. Deixo aberto a quem mais quiser, em conjunto com a gente, também assinar. É só essa alteração”. Senhor Presidente: “em discussão, em votação a emenda dos vereadores Tiago Tito, Coxinha, Fausto Niquini, Silvânio Aguiar e Soldado Flávio de Almeida”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, Presidente. Eu vou votar essa emenda favorável em respeito aos conselheiros tutelares, trabalham muito, cuidam de obrigações, são corresponsáveis por várias atividades relacionadas à família, atuam diretamente com famílias com vulnerabilidades, mães, pais que não sabem mais a quem socorrer, com crianças que



precisam de acompanhamento. Recebem pouco e trabalham demais. Acompanho a vida deles há muito tempo, fui advogado, sou advogado, estava advogando, inclusive contra o município, hoje eu não acompanho essas ações mais porque, depois que assumi, estou impossibilitado. Mas fui quem ajuizou ações contra o município por entender que a carga horária é irregular desde a legislação anterior. Teve um prefeito anterior que inclusive pagou hora extra em três meses, onde ensejou essas discussões. Então, em respeito a eles, eu vou fazer a votação desse projeto hoje, embora, volte a ressaltar esse é um projeto que, em meu entendimento, caberia audiência pública, por quê? Porque nós não estamos mudando só a carga horária do conselheiro tutelar, nós estamos mudando a política da criança e do adolescente como um todo, dentro da nossa cidade, a forma de ver, a forma de agir do conselho, a forma de atuar, a forma de dispor os recursos, é um projeto de lei muito amplo. A emenda, embora, duramente criticada por alguns membros do conselho da criança e do adolescente que acusaram de tentar tirar poder do conselho da criança e do adolescente. Não foi isso que eu tentei fazer, ao contrário, a minha emenda inicial trazia o que? Olha, vocês podem criar leis, as regras, podem estabelecer normas e vocês vão pegar as normas que o conselho criar e vão submeter à avaliação de todas as pessoas que estão inscritas dentro do conselho. É uma forma mais democrática de fazer com que as normas que são estabelecidas por uma, duas, cinco, seis pessoas, passem a ter validade. Nós hoje somos dez, nós legislamos e fazemos as leis valer para o município de Nova Lima, mas nós tivemos que enfrentar



uma urna, juntos somos mais de dez mil eleitores de Nova Lima, representamos mais de dez mil pessoas diretamente. Os conselhos, infelizmente, não são constituídos dessa forma. E eu falo como uma pessoa que já participou de conselho, que já participou ativamente do conselho de política antidroga. Então, ou seja, eu não vou discutir esse projeto nesse exato momento, embora eu ressalto aqui que é necessário que a próxima Câmara Municipal, que não vai ser essa, e com certeza eu não vou estar com todos os membros, eu não estarei mais nessa Câmara Municipal, independente de eleição, não estarei por decisão própria. Eu espero que a próxima Câmara venha rediscutir essas questões do conselho e venha trazer para dentro do conselho as pessoas que participam dele, democracia. As regras não podem ser criadas por cinco ou seis, com pouca legitimidade para criá-las e subordinar uma população de noventa e três mil habitantes a isso. Então, a minha emenda no projeto de lei, que eu vou retirar porque parte é contemplada aqui, é justamente no intuito de fazer com que as regras criadas dentro do conselho sejam submetidas à avaliação da maioria simples de todos aqueles que estão inscritos nos conselhos, ou seja, as instituições que fazem parte, as pessoas que fazem parte, é mais do que justo. Mas, infelizmente, eu entendi que não cabe infelizmente para aquelas pessoas que pregam a maior democracia demonstrar, de fato, que os conselhos têm uma participação democrática dentro deles. Lamento, tiro a minha emenda e antecipo que votarei favorável a esse projeto de emenda apresentado, em respeito aos conselheiros tutelares de Nova Lima que merecem, tanto os que já passaram, quanto os





que aqui hoje estão. Eu cito dois conselheiros tutelares que já passaram, que é o senhor Doroteu, a Amábile e a própria Islei, que tiveram uma participação enorme dentro das políticas públicas da criança e adolescente ao longo dos anos. E já mandei mensagem, inclusive para os conselheiros tutelares agora, perguntando se eles leram as emendas, eles falaram que leram, em respeito à causa deles, eu voltarei as emendas sem buscar e tentar rediscutir esse projeto como um todo, que é um projeto que tinha que ir para audiência pública, como já foi ressaltado em outras oportunidades”. Senhor Presidente: “vereador Tiago Tito, solicito ao senhor que depois encaminhe, por escrito, a emenda ao Parlamentar. Vereador Soldado Flávio, como vota?”. Vereador Flávio de Almeida: “a favor”. Senhor Presidente: “vereador Silvânio Aguiar, como vota?”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “voto a favor, Senhor Presidente”. Senhor Presidente: “vereador Tiago Tito, como vota?”. Vereador Tiago Almeida Tito: “com muito orgulho e dando muito valor à Reisla, à Fábria, à Marília, ao Adnan, ao Same e aos conselheiros do Jardim Canadá, que eu não me recordo do nome de todos, mas essa é uma vitória deles”. Senhor Presidente: “vereador Álvaro Azevedo, como vota?”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “contra”. Senhor Presidente: “vereador Coxinha, como vota?”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Senhor Presidente, em nome de todos os conselheiros tutelares, os que já foram, em especial, a uma grande guerreira que eu me orgulho de ter apoiado ela, a Reisla, meu voto é a favor. Eles são merecedores de tudo, a favor desse governo, desse projeto. Então, o meu voto é a favor, tamo junto”. Senhor



Presidente: “vereador José Guedes, como vota?”. Vereador José Geraldo Guedes: “eu gostaria de parabenizar todos os conselheiros, em especial ao Adnan, conheço a sua vida, uma pessoa que sempre lutou... Meu voto é a favor”. Senhor Presidente: “vereador Boi, como vota?”. Vereador José Carlos de Oliveira: “a favor”. Senhor Presidente: “vereador Presidente Fausto Niquini, como vota? Não vou citar nome de nenhum conselheiro, mas em nome de todos, estivemos várias vezes reunidos e hoje é um dia de vitória para vocês. Sou favorável, meu voto é favorável. Por oito votos a favor e um contra, a emenda foi aprovada. Solicito ao Senhor Secretário a leitura da emenda de autoria do Vereador Álvaro Azevedo”. Senhor Secretário: “Art. 1º. Fica alterada a redação dos artigos 4º, 10, 36 e 41 e 44 do Projeto de Lei nº 1.899/2019, nos seguintes termos: Art. 4º... Eu vou ler só o que está alterando, Presidente, para a leitura não ficar tão enfadonha. Estou incluindo o inciso quarto: IV. Os órgãos e entidades integrantes da Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Nova Lima responsáveis pelas áreas de educação, saúde, esporte, lazer, cultura, juventude, igualdade racial, trabalho, segurança pública e outras cujos projetos e programas tenham interseção com a Política Municipal de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente. No artigo 10, Parágrafo Único. Não se considera remuneração o fornecimento, segundo critérios previamente estabelecidos na Plenária, de passagens, alimentação, diárias e hospedagem aos conselheiros, quando necessário ao exercício de suas atribuições. No Art. 36, assegurada a revisão geral e anual deste valor na mesma data e de acordo com o mesmo



índice aplicado aos servidores públicos municipais, porque está tratando sobre a questão de vencimentos, é só para falar sobre a questão de reajuste. §3º. O conselheiro tutelar fará jus a passagens, alimentação, diárias e hospedagem, quando necessário ao exercício de suas atribuições. No artigo 41, inciso 4º, Férias anuais remuneradas, acrescidas de um terço do valor da remuneração mensal. Quinto: Cobertura previdenciária pelo regime geral de previdência social. Sexto: licença-maternidade. Sétimo: licença paternidade. No artigo 44, §2º, eu estou incluindo: o uso de estrutura, bens ou serviços públicos. Só esta questão. §3º. No processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor. É isso, Presidente, essa é a emenda. Eu só fiz a leitura mais enxuta para agilizar, já que todo mundo já tinha acesso à emenda há bastante tempo”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Presidente, pela ordem. É só respeitando o trabalho, que a gente sabe que o Álvaro é zeloso por pesquisar a legislação a fundo, a sua equipe também. Mas em conversa com os conselheiros tutelares, eles acharam por bem que algumas dessas questões dessas emendas fossem só abrangidas aquelas que eu tinha colocado na emenda anterior. Então, eu peço a ele desculpas, mas o respeito e a dedicação pelo trabalho da emenda dele, mas, até com o risco talvez se ela for aprovada, esse projeto ser vetado, ter que retornar novamente para cá e vai ser um quórum diferente. Eu me permito discordar dele, de votar essa emenda”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo:



“Presidente, pela ordem. Causa-me estranheza não o posicionamento do vereador, mas me causa estranheza porque essa emenda eu apresentei a pedido dos conselheiros tutelares, mas tudo bem, vida que segue”. Senhor Presidente: “vereador Coxinha, como vota?”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “com todo respeito ao vereador Álvaro Azevedo, mas contra a emenda”. Senhor Presidente: “vereador José Guedes, como vota?”. Vereador José Guedes: “contra”. Senhor Presidente: “vereador Boi, como vota?”. Vereador José Carlos de Oliveira: “contra”. Senhor Presidente: “vereador Wesley de Jesus. Vereador Soldado Flávio de Almeida”. Vereador Flávio de Almeida: “em respeito ao vereador Álvaro Azevedo, que estamos juntos nessa caminhada, fazendo oposição a esse desgoverno em Nova Lima, eu voto a favor”. Senhor Presidente: “vereador Silvânio Aguiar”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu nem vou falar que é em respeito ao vereador Álvaro, ao trabalho dele, eu conheço a Islei, sei do trabalho da Islei, sei que muito dessa emenda parte do trabalho dela, então eu vou votar com o vereador Álvaro, muito embora eu tenha conversado com alguns conselheiros tutelares e tinha inclusive me comprometido a votar contra a emenda, mas vou votar a favor da emenda do vereador Álvaro”. Senhor Presidente: “vereador Tiago Tito”. Vereador Tiago Almeida Tito: “contrário”. Senhor Presidente: “vereador Wesley de Jesus”. Vereador José Geraldo Guedes: “eu não ouvi a votação do Tiago Tito”. Vereador Tiago Almeida Tito: “contrário”. Senhor Presidente: “foi contra. Vereador Wesley de Jesus?”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “estou voltando agora,



que minha internet caiu”. Senhor Presidente: “vereador Wesley de Jesus?”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Silvânio, enquanto o Wesley conecta, se o senhor me permitir, Presidente. Na verdade, eu apresentei duas emendas. A que os conselheiros pediram para votar contra é uma emenda que eu ainda vou apresentar, então essa é tranquila de votar a favor”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Álvaro, se o senhor me permitir, Senhor Presidente, enquanto o vereador Wesley não entra, eu às vezes falo as coisas e fico refletindo, a gente tem esse mal. E ficou parecendo que eu, quando fiz o meu comentário, eu me dirigi ao senhor enquanto vereador, mas nunca. Na verdade, eu falei da equipe porque eu conheço a Islei, tenho um respeito muito grande por ela. Eu sei se fosse uma coisa que o senhor tivesse visto que não seria interessante, com toda certeza, o senhor não faria e tal. Então, quando eu falei dela, lógico que eu estou me referindo à equipe senhor”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “tranquilo”. Senhor Presidente: “vereador Wesley de Jesus, como vota?”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “eu voto contra a emenda”. Senhor Presidente: “vereador Fausto, favorável. Por cinco a quatro, a emenda foi rejeitada”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente, eu tenho que votar também. Naturalmente, a favor”. Senhor Presidente: “vereador Álvaro Azevedo, como vota?”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “a favor”. Senhor Presidente: “cinco a quatro, a emenda foi rejeitada”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente, agora existem duas emendas do vereador Wesley, eu queria saber



qual ele retirou”. Senhor Presidente: “vereador Wesley, constam aqui duas... Wesley caiu de novo? Estava tão bom, hoje estava cem por cento”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “na verdade, essa emenda do vereador tem duas mudanças que eram iguais as que eu trouxe, o vereador Wesley votou contra também”. Senhor Presidente: “vereador Wesley, constam duas emendas do senhor aqui. O senhor vai retirar as duas?”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “eu vou retirar todas as emendas que eu apresentei nesse projeto”. Senhor Presidente: “o senhor vai retirar as duas?”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “eu vou retirar todas as emendas apresentadas”. Senhor Presidente: “ok. Solicito ao Senhor Secretário a leitura da emenda de autoria do vereador Álvaro Azevedo”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente, na verdade, essa emenda já caiu por terra porque é contrária a emenda verbal apresentada pelo vereador Tiago, já foi aprovada, portanto a minha emenda não faz mais sentido”. Senhor Presidente: “em discussão, em primeira votação o Projeto 1.899 com as emendas. Em discussão, em votação. Vereador Coxinha, como vota?”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “a emenda do Wesley”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “não, é o projeto de lei”. Senhor Presidente: “não, é o projeto com as emendas”. Vereador Tiago Almeida Tito: “não, com uma emenda só”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “ah, sim. A favor, uai. A favor, Presidente, é o conselho tutelar, uai”. Senhor Presidente: “vereador José Guedes, como vota?”. Vereador José Guedes: “a favor”. Senhor Presidente: “vereador Boi, como vota?”. Vereador José



Carlos de Oliveira: “a favor”. Senhor Presidente: “vereador Wesley como vota?”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “favorável”. Senhor Presidente: “vereador Soldado Flávio, como vota?”. Vereador Flávio de Almeida: “favorável”. Senhor Presidente: “vereador Silvânio Aguiar, como vota?”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “favorável, Senhor Presidente”. Senhor Presidente: “vereador Tiago Tito, como vota?”. Vereador Tiago Almeida Tito: “favorável, Senhor Presidente. E peço, se eu não pedi, para ser votado em segunda votação esse projeto ainda hoje”. Senhor Presidente: “vereador Álvaro Azevedo, como vota?”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “a favor”. Senhor Presidente: “vereador Fausto Niquini, como vota? A favor. Vereador Tiago Tito, o senhor solicitou que não seja colocado em segunda votação hoje?”. Vereador Tiago Almeida Tito: “não, Senhor Presidente”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “não, para ser, para colocar, uai”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “para ser colocado, Senhor Presidente”. Vereador Flávio de Almeida: “ainda bem que vocês são do mesmo partido”. Vereador Tiago Almeida Tito: “fica falando de mim, que é para prestar atenção”. Senhor Presidente: “atendendo à solicitação do vereador Tiago Tito para que façamos a segunda votação desse projeto ainda hoje. Vereador Coxinha, como vota?”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “a favor, Senhor Presidente”. Senhor Presidente: “vereador José Guedes, como vota?”. Vereador José Guedes: “a favor”. Senhor Presidente: “vereador Boi, como vota?”. Vereador José Carlos de Oliveira: “a favor”. Senhor Presidente: “vereador Wesley de Jesus, como vota?”. Vereador Wesley



de Jesus Silva: “favorável”. Senhor Presidente: “vereador Soldado Flávio, como vota?”. Vereador Flávio de Almeida: “favorável”. Senhor Presidente: “vereador Silvânio Aguiar, como vota?”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “favorável, muito favorável”. Senhor Presidente: “vereador Tiago Tito, como vota?”. Vereador Tiago Almeida Tito: “favorável”. Senhor Presidente: “vereador Álvaro Azevedo, como vota?”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “a favor”. Senhor Presidente: “vereador, presidente Fausto Niquini, como vota? Favorável. Por nove votos, Projeto 1.899/2019 foi aprovado. Encaminho o Projeto 1.899 à sanção. Gostaria de agradecer aos mais de cem telespectadores que estão conectados conosco. É muito bom ver a cidade participar conosco”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “muitos estão na minha página no Facebook”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Senhor Presidente, dia quinze agora é Dia do Assistente Social, eu quero mandar os parabéns a todos assistentes sociais também, inclusive os de Nova Lima e do Brasil todo. Estão fazendo nesse momento um grande trabalho também com essa pandemia”. Senhor Presidente: “sob a proteção de Deus, declaro encerrados os nossos trabalhos, uma boa noite e um abraço a todos”.\_\_\_\_\_